

O sucateamento das instituições científicas e tecnológicas (ICT's) do agronegócio.

Dante Scolari¹

O paradigma de inovação tecnológica no agronegócio está sendo modificado com o surgimento de novos conhecimentos e ferramentas biotecnológicas, forte atuação internacional de empresas privadas e abrangência mundial das inovações. Consumidores globais estão mais exigentes e demandam produtos limpos obtidos por processos limpos, do ponto de vista social, ambiental, ético e moral. Valores culturais e até psicossociais já são considerados na hora de comprar e começam a surgir nichos de mercado para “produtos éticos”.

No Brasil sobram problemas. Falta renovação e capacitação de pesquisadores em novas e emergentes áreas como biotecnologia, agricultura de precisão, agro-energia e nanotecnologia. Empresas estaduais de pesquisa agropecuária estão sucateadas ou foram desativadas. Esse desinvestimento contínuo, aliado aos baixos salários relativos praticados, compromete a geração de alternativas tecnológicas competitivas e sustentáveis, pois cientistas capacitados, empreendedores e talentosos estão migrando para áreas e organizações que ofertam maiores salários e melhores condições de trabalho.

O modelo público de pesquisa agropecuária dá claros sinais de fadiga criativa e obsolescência institucional. É pesado, extremamente dependente do governo, demorado nas decisões, pouco atrativo para parceiros privados e corporativista, fatos que limitam a imaginação criadora. Para piorar os procedimentos gerenciais são burocráticos, há dispersão e falta de foco em muitos projetos de pesquisa, nem sempre os objetivos e as metas institucionais são claramente definidos e indicadores efetivos de desempenho são pouco utilizados. Muitas decisões ainda são tomadas com base na legislação da administração pública, extremamente morosa e burocrática, fato que aumenta custos e atrasa sobremaneira a capacidade de resposta dessas instituições. Esses problemas influenciam negativamente o ambiente organizacional, limitam atividades em redes integradas, reduzem a capacidade de geração de novas soluções tecnológicas e aceleram o aparecimento prematuro da fadiga criativa na inovação.

O país necessita um novo modelo institucional que estimule a criatividade, a integração e o empreendedorismo dos pesquisadores, em um ambiente adequado e desafiador, baseado na meritocracia e onde a ocupação de cargos diretivos seja feita por profissionais experientes, competentes e talentosos. O processo decisório deve ser “desengessado” e as ICT's administradas a partir dos princípios estabelecidos na Lei de Inovação, com agilidade

¹ Pesquisador da Embrapa. Diretor Executivo da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) de 1995 a 2003. Vice-presidente da ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa tecnológica) de 1998 a 2003. Assessor Técnico da Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. (dante.scolari@câmara.gov.br.)

operacional similar às empresas privadas. Significa na prática a valorização e o fortalecimento institucional, por parte do estado e dos governos e o reconhecimento que inovação tecnológica deve ser entendida e tratada como cultura permanente da sociedade brasileira. As ICT's precisam de um modelo adequado de gestão, com metas e indicadores de desempenho claramente definidos e orientadas para viabilizar soluções socialmente desejáveis, sustentáveis do ponto de vista ético e ambiental e economicamente viáveis. Tão ou mais importante do que a publicação de artigos científicos, bases fundamentais para o avanço do conhecimento, é o pedido de registro de patentes ou de modelos de utilidades, indicadores imprescindíveis na avaliação de desempenho de qualquer instituição de pesquisa e desenvolvimento.

É necessário criar um forte engajamento do setor privado, com parcerias estratégicas e cientistas públicos trabalhando em estreita cooperação e parceria com cientistas e engenheiros privados até “o chão das fábricas”. A seleção pública de empresas interessadas em obter subvenção de apoio a inserção de novos pesquisadores em atividades de inovação tecnológica, em andamento pelo MCT/FINEP, é um grande passo nessa direção.

As ICT's devem ter uma “*política de portas abertas*” para a cooperação técnico-científica, onde direitos, deveres, responsabilidades, dividendos, recompensas simbólicas ou financeiras sejam baseadas em relação contratual plenamente reconhecida pela legislação. As universidades públicas devem formar profissionais para atender demandas específicas de empresas privadas de diferentes setores da economia. Os cientistas públicos devem ser encorajados a desenvolver uma mentalidade empreendedora, tornando-se “empresários do conhecimento” comprometidos com o sucesso da inovação e o desenvolvimento do país. A integração e as parcerias com universidades e empresas privadas devem ser estimuladas e fomentadas de tal modo que pesquisadores e empresários empreendedores, possam auferir ganhos financeiros quando do uso comercial das suas descobertas, conforme estabelecido na Lei de Inovação.

É necessário qualificar e capacitar profissionais no uso das novas ferramentas de trabalho proporcionadas pelo novo paradigma da biotecnologia. Isso pode ser feito por meio de reciclagem ou de contratações em grande número de novos pesquisadores, públicos e privados, com utilização de mecanismos fiscais semelhantes aos utilizados em países desenvolvidos. Para tanto, são necessárias ações integradas e empreendedoras em diferentes níveis: governo, universidades, ICT's e empresas privadas, inclusive com o fortalecimento de “*redes integradas de geração de soluções tecnológicas*”.

As ICT's públicas precisam de uma fonte segura e permanente de recursos orçamentários e financeiros. Os fundos setoriais existentes são necessários mas não são suficientes. Estados e governo federal precisam estabelecer políticas públicas “*comprando soluções tecnológicas*”, com visão de governança integrada de médio e longo prazo. Nas

empresas privadas, precisa prevalecer visão empresarial moderna do “*fazer melhor, mais cedo e mais barato*”, onde investimentos em pesquisa e inovação sejam parte da estratégia mercadológica de conquista e manutenção de mercados. A criação e a disseminação de “*Fundos Voluntários*” (fundo financeiro constituído de contribuições voluntárias) pode ser uma alternativa atraente para o setor privado participar mais ativamente, com ganhos econômicos privados e benefícios sociais, do esforço brasileiro em pesquisa e desenvolvimento.

A manutenção da capacidade brasileira de inovação tecnológica no agronegócio é essencial para manter o país competitivo no comércio mundial de produtos agrícolas e para continuar ofertando produtos alimentares e fibras a preços reais decrescentes no mercado doméstico. A persistir o atual desinvestimento o país perderá mercados externos, gerando novas crises e mais desemprego no meio rural, provocando aumento geral nos preços domésticos.